



Prefeitura Municipal de Milhã

**Lei Nº 608/2018**

Milhã-Ce, 18 de junho de 2018

***Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019 e dá outras providências.***

## CAPÍTULO I

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e da Lei Orgânica do Município de Milhã, Estado do Ceará, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2019, compreendendo:

- I – as prioridades e as metas da administração pública municipal;
- II – a estrutura e organização dos orçamentos;
- III – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- VII – as disposições finais.

## CAPÍTULO II

### **AS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2º** - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2019, especificadas de acordo com os macroobjetivos a serem estabelecidos no Plano Plurianual 2018-2021, encontram-se detalhadas em anexo a Lei.

CAPÍTULO III

**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 3º** - Para efeito desta lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

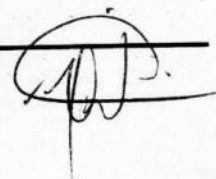
IV – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º – As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

**Art. 4º** - Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município, sua autarquia, fundos especiais, fundações, empresas públicas



e sociedade de economia mista em que o município detém a maioria do capital social como direito a voto.

**Art. 5º** - O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município, e no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e será composto de:

I – texto da lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

III – anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definitiva desta lei;

IV – anexo do orçamento de investimento das empresas;

V – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social.

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – do resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

II – do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

IV – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

V – da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;

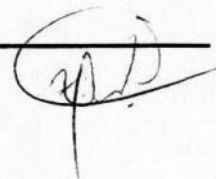
VI – da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VII – da receita prevista para o exercício a que se refere à proposta;

VIII – da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

IX – da despesa fixada para o exercício a que se elabora a proposta;

X – da despesa fixada para o exercício a que se refere à proposta;





Prefeitura Municipal de Milhã

---

- XI – da estimativa da receita dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;
- XII – do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;
- XIII – das despesas e receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente total de cada um dos orçamentos;
- XIV – da contribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
- XV – da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;
- XVI – de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção do Ensino Básico – FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;
- XVII – do quadro geral da receita dos orçamentos fiscais e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;
- XVIII – da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;
- XIX – da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;
- XX – da receita corrente líquida com base no art. 1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- XXI – da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

**Art. 6º** - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscais e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa por categoria de programação, e atenderá também o disposto na Portaria STN nº 437/2012, indicando-se, para uma, no seu menor nível de detalhamento:

I – O orçamento a que pertence;

II – o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

- a) **DESpesas CORRENTES:** Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes.
- b) **DESpesas DE CAPITAL:** Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização e Refinanciamento da Dívida; Outras Despesas de Capital.

#### CAPÍTULO IV

### **DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

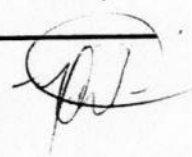
**Art. 7º** - O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Milhã, relativo ao exercício de 2019, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio de transparência implica além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

**Art. 8º** - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimento de interesse local, mediante regular processo de consulta.

**Art. 9º** - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.



**Art 10** – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

**Art. 11** – Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso 2 do § 1º do art.31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira podendo definir percentuais específicos para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - exclui do caput desse Artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - no caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

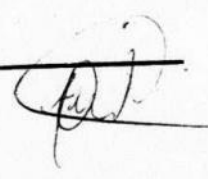
I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2002;

§ 3º - na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 12** - Fica o Poder Executivo vinculado através de Lei Específica quaisquer promoções, alterações ou adequações de sua estrutura administrativa.

**Art. 13** – As adequações orçamentárias que se fizerem necessárias, no transcurso do exercício financeiro de 2019, poderão ser ajustadas, nos ditames do Artigo nº 43 da Lei nº 4.320/64, até no máximo de 10 (dez por cento) previsto para a despesas de 2019, por ato do executivo, e do legislativo nas suas dotações orçamentárias, e dependerá da



existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço dos valores inicialmente fixados na Lei Orçamentária.

**Art. 14** – Na programação das despesas não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

**Art. 15** – Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuadas a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

- I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
- II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de créditos, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

**Art. 16** – É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos orçamentais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no artigo 15, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte e lazer, fomento à geração de emprego e renda ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

§ 1º - para habilitar-se ao recebimento de recursos referido na caput, a entidades privadas sem fins lucrativos deverão apresentar declaração de funcionamento regular dos últimos 12 meses, emitida no exercício 2019 e comprovante de regularidade do mandato da sua diretoria.



Prefeitura Municipal de Milhã

§ 2º - as entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberão os recursos.

§ 3º - sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílio, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convenio.

§ 4º a concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

**Art. 17** - A inclusão na Lei Orçamentária Anual, de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 18** - As receitas próprias das entidades mencionadas no artigo 15 serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização de dívidas, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

**Art. 19** - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano de Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

**Art. 20** - A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.





Prefeitura Municipal de Milhã

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 21** – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

**Art. 22** – O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

**Parágrafo único** – A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

**Art. 23** – A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS

**Art. 24** – No exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19, 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 25** – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das Áreas de saúde, educação e assistência social.



Prefeitura Municipal de Milhã

**Art. 26** – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 40 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e saneamento.

## CAPÍTULO VII

### **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 27** - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, formas de cálculos, condições de pagamento, desconto e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Transmissão Inter vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivo ou benefícios de natureza



Prefeitura Municipal de Milhã

tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados do resultado primário.

§2º - A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de proposta de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

#### CAPÍTULO VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 28** – O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

**Parágrafo único** – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

**Art. 29** – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

**Art. 30** – Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.



**Prefeitura Municipal de Milhã**

**Art. 31** – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes

Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

**Art. 32** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ, em 18 de junho de 2018

*José Darlan Dantas Pinheiro*  
Assessoria de Comunicação Social - Prefeitura Municipal de Milhã

**JOSÉ DARLAN DANTAS PINHEIRO**  
- Prefeito Municipal -

Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

**Art. 32** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO - 2019**

**Anexo I – Prioridades e Metas**

Com base nas demandas da sociedade encaminhadas através de documentos e propostas e no contato direto com as lideranças comunitárias, as ações públicas serão desenvolvidas a partir de prioridades estabelecidas pela administração, de acordo com o grau de coerência apresentado pelas comunidades, os compromissos da Prefeitura e a capacidade de gastos do erário.

Nesse sentido, ficou determinada uma ordem de prioridades, onde os setores sociais seriam os de maior grau de preocupação, sem esquecer, no entanto, as obras de infraestrutura e a melhoria administrativa da Prefeitura.

**Educação:**

As ações junto ao setor de educação estão sendo orientadas para duas linhas centrais:

- a) a ampliação do número de matrículas;
- b) a melhoria da qualidade do ensino.

Quanto às matrículas, a redução do déficit ocorrerá com o aumento do número de salas e de professores, bem como com a ampliação da rede escolar até as localidades mais carentes, onde não existe equipamento ou que estejam em estado precário, requerendo recuperação.

APROVADO  
POR UNANIMIDADE  
EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Simultaneamente, o ensino deve passar por uma análise que leva à melhoria do currículo, das razões de competência, da reciclagem dos professores e de melhores condições de trabalho, consolidando um sistema educacional que evite o desperdício e forme jovens para o exercício da cidadania.

Nesse sentido, cabe salientar o papel que significa o desempenho do Fundo Municipal do Ensino Básico – FUNDEB, que tem propiciado a melhoria das condições de vida do professor das escolas municipais, cuja dedicação é de suma importância para o fortalecimento da educação no Município.

### **Saúde e Saneamento:**

O trabalho a ser executado pela saúde passa, diretamente, pela questão da municipalização do setor, com a Prefeitura adequando-se às novas possibilidades das Unidades de Saúde e dos equipamentos, no sentido de elevar a capacidade de atendimento à população.

O sistema Municipal de Saúde deve ser capaz o suficiente para atender as demandas com a ampliação da Rede de Postos de Saúde e a melhoria do atendimento com a contratação de profissionais do setor para operacionalização dos trabalhos.

Será da maior relevância, equacionar problemas de saúde com a redução do número de casos de doenças, com a execução do programa de obras de saneamento, com a negociação de recursos para a rede de esgotamento sanitário e a elevação da capacidade de abastecimento d'água do município, dando continuidade à ação que está se desenvolvendo na Sede e Zona Rural.

APROVADO  
POR UNANIMIDADE  
EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Emprego e Renda:**

No campo da promoção social, as ações estarão voltadas para a **geração de emprego e renda**, com programas de atividades produtivas, de acordo com a experiência e o conhecimento das famílias.

A Prefeitura deve oferecer os meios para que as pessoas gerem seus próprios meios de sobrevivência, seja através de pequenos negócios de comercialização, de artesanato, de pequenas indústrias ou de confecções caseiras, havendo a possibilidade de financiamento dos próprios instrumentos de trabalho.

**Habitacão e Urbanismo:**

Na área habitacional, as ações a serem desenvolvidas contemplarão os segmentos sociais mais carentes, através da construção de moradias em regime de mutirão e da execução do programa de lotes urbanizados, envolvendo as famílias e associações no processo de construção e controle de obras.

Ações programáticas serão dirigidas aos núcleos urbanos, beneficiando-os com os serviços públicos de limpeza e saneamento básico, objetivando elevar o padrão de urbanização e a qualidade de vida nessas áreas.

**Cultura, Meio Ambiente e Turismo:**

As ações a serem desenvolvidas por estas áreas deverão estar direcionadas para o amplo aproveitamento destas vantagens comparativas do Município e da região.

Para tal, a idéia que permeia a política para estas áreas compreende, além do investimento da Prefeitura e, pela dimensão das ações a serem desenvolvidas e o interesse comum dos municípios da região, a necessidade também do engajamento de

APROVADO  
POR UNANIMIDADE

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





Prefeitura Municipal de Milhã

outros municípios circunvizinhos na busca por recursos para elevar a amplitude dos negócios a serem realizados, beneficiando a todos indistintamente, reduzindo custos e aumentando as oportunidades de apoio a investidores, de modo que a cultura, o meio ambiente e o turismo sejam encarados, compondo um mesmo quadro de ação governamental.

Na área da cultura, o município deve investir basicamente na organização de festas populares e na promoção de eventos que aliem a difusão da arte e da criação de forma que a divulgação do nome do município conste no cenário estadual como referência.

Com referência ao meio ambiente, salta aos olhos a necessidade objetiva do controle das ocupações dos pontos potencialmente exploráveis, preservando o *habitat* natural e criando condições legais para que o município possa exercer, de forma efetiva, a fiscalização.

No campo do turismo, é fundamental que se unifiquem as políticas da região, ensejando a que os visitantes tenham mais alternativas de permanência e possam ser os principais divulgadores da beleza natural e cultural do município.

As ações, neste sentido, estarão voltadas principalmente para a consolidação da infraestrutura turística regional e a promoção das razões que estimulem à vinda de visitantes para o município.

**APROVADO  
POR UNANIMIDADE**

EM \_\_\_\_\_



**Administração e Finanças:**

Deverá ser especialmente contemplado o processo de reforma e modernização administrativa, de modo a reduzir o custo operacional da máquina, otimizando a aplicação dos recursos financeiros em projetos de interesse social.

A administração das finanças municipais estará caracterizada pela implantação de programa de justiça fiscal e pelo rigor na aplicação dos recursos arrecadados.

Mediante o estímulo ao uso da informática, serão modernizados os sistemas de arrecadação e fiscalização e agilizadas a cobrança dos débitos inscritos na dívida ativa.

A racionalização administrativa nas áreas de prestação de serviços, administração de pessoal e administração de materiais impõe-se como condição para aplicação eficiente dos recursos públicos.

Atendendo as necessidades objetivas de controle dos próprios municipais à área da administração patrimonial, a Prefeitura deverá cadastrar e implantar um moderno sistema de gerência de todos os bens móveis e imóveis do Município.



**JOSÉ DARLAN DANTAS PINHEIRO**  
- Prefeito Municipal -

**APROVADO  
POR UNANIMIDADE**

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**MILHÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**I - METAS ANUAIS**  
**2019**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	Receita Total	42.764.761,20	46.655.499,17	27.786,49	44.902.999,26	50.947.805,10	29.175,81	47.148.149,22	55.635.003,17
Receitas Primárias ( I )	42.024.616,20	45.848.015,78	27.305,58	44.125.847,01	50.066.033,23	28.670,86	46.332.139,36	54.672.108,29	30.104,40
Despesa Total	42.764.761,20	46.648.629,93	27.782,40	44.902.999,26	50.933.156,29	29.167,43	47.128.290,22	55.611.568,46	30.621,70
Despesas Primárias ( II )	41.715.814,80	45.511.119,63	27.104,93	43.795.305,99	49.690.995,05	28.456,09	45.978.768,59	54.255.129,38	29.874,80
Resultado Primário (III) = ( I - II )	308.801,40	336.896,15	200,64	330.541,02	375.038,19	214,77	353.370,77	416.978,91	229,60
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPEADATA/ Relatórios da LRF



**APROVADO**  
**EM UNANIMIDADE**

APROVADO  
EM [ ]  
POR UNANIMIDADE

**MILHÃ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2019**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017	% PIB	Metas Realizadas em 2017	% PIB	Variação	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
I - Receita Total	38.059.000,00	23.427,78	33.093.000,00	20.370,89	(4.966.000,00)	(3.056,89)
II - Receitas Primárias (I)	37.394.000,00	23.018,43	32.900.000,00	20.252,08	(4.494.000,00)	(2.766,35)
III - Despesa Total	38.059.000,00	23.427,78	33.511.989,48	20.628,80	(4.547.010,52)	(2.798,98)
IV - Despesas Primárias (II)	37.704.000,00	23.209,25	33.003.029,03	20.315,50	(4.700.970,97)	(2.893,75)
V - Resultado Primário (I - II)	(310.000,00)	(190,83)	(103.029,03)	(63,42)	206.970,97	127,40
VI - Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-
VII - Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPEADATA/ Relatórios da LRF

**APROVADO  
POR UNANIMIDADE**  
EM \_\_\_\_\_

**TOTAL DE DESPESAS  
2019**

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONOMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas		Previsão				
	2016	2017	2017	2018	2019	2020	2021
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	29.771.689,78	24.071.149,43	35.382.200,00	37.576.244,00	39.455.056,20	41.427.999,01	43.499.199,46
Pessoal e Encargos Sociais	16.156.282,75	17.378.712,49	19.627.500,00	19.502.329,00	20.477.445,45	21.501.317,72	22.576.383,61
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.615.307,03	9.592.436,94	15.754.700,00	18.073.915,00	18.977.610,75	19.926.491,29	20.922.815,85
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	3.740.399,70	1.980.724,03	2.561.800,00	3.024.900,00	3.176.145,00	3.334.952,25	3.501.699,86
Investimentos	3.231.439,25	1.129.349,58	2.206.800,00	2.031.900,00	2.133.495,00	2.240.169,75	2.352.178,24
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização Financeira	508.960,45	851.374,45	355.000,00	993.000,00	1.042.650,00	1.094.782,50	1.149.521,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	115.000,00	127.200,00	133.560,00	140.238,00	147.249,90
<b>TOTAL</b>	<b>33.511.989,48</b>	<b>28.951.873,46</b>	<b>38.059.000,00</b>	<b>40.728.344,00</b>	<b>42.764.761,20</b>	<b>44.902.999,26</b>	<b>47.148.149,22</b>



APROVADO  
EM  
POR UNANIMIDADE

**METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2019**

ESPECIFICAÇÃO	Corrente					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Total	33.093.000,00	38.059.000,00	40.728.344,00	42.764.761,20	44.902.999,26	47.148.149,22
Receitas Não-Financeiras ( I )	32.900.000,00	37.394.000,00	40.023.444,00	42.024.616,20	44.125.847,01	46.332.139,36
Despesas Total	33.511.989,48	38.059.000,00	40.728.344,00	42.758.464,80	44.890.088,49	47.128.290,22
Despesas Não-Financeiras ( II )	33.003.029,03	37.704.000,00	39.735.344,00	41.715.814,80	43.795.305,99	45.978.768,59
Resultado Primário ( I - II )	(103.029,03)	(310.000,00)	288.100,00	308.801,40	330.541,02	353.370,77
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-

ESPECIFICAÇÃO	Constante					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Total	34.218.162,00	39.733.596,00	42.561.119,48	46.655.499,17	50.947.805,10	55.635.003,17
Receitas Não-Financeiras ( I )	34.018.600,00	39.039.336,00	41.824.498,98	45.848.015,78	50.066.033,23	54.672.108,29
Despesas Total	34.651.397,12	39.733.596,00	42.561.119,48	46.648.629,93	50.933.156,29	55.611.569,46
Despesas Não-Financeiras ( II )	34.125.132,02	39.362.976,00	41.523.434,48	45.511.119,63	49.690.995,05	54.255.129,38
Resultado Primário ( I - II )	(106.532,02)	(323.640,00)	301.064,50	336.896,15	375.038,19	416.978,91
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-

APROVADO  
POR UNANIMIDADE  
EM

TOTAL DAS RECEITAS  
2019

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas			Estimadas				
	2016	2017	2017	2017	2018	2019	2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>30.024.000,00</b>	<b>31.416.227,05</b>	<b>36.592.000,00</b>	<b>39.239.344,00</b>	<b>41.201.311,20</b>	<b>43.251.376,76</b>	<b>45.424.445,60</b>	
<b>Receita Tributária</b>	<b>661.500,00</b>	<b>1.050.129,56</b>	<b>816.400,00</b>	<b>895.220,00</b>	<b>939.981,00</b>	<b>986.980,05</b>	<b>1.036.329,05</b>	
Impostos	655.000,00	1.049.149,58	751.000,00	826.320,00	867.636,00	911.017,80	956.568,69	
Taxas	6.500,00	979,98	65.400,00	68.900,00	72.345,00	75.962,25	79.760,36	
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>100.000,00</b>	<b>176.636,95</b>	<b>257.000,00</b>	<b>272.420,00</b>	<b>286.041,00</b>	<b>300.343,05</b>	<b>315.360,20</b>	
Contribuições Sociais	100.000,00	176.636,95	257.000,00	272.420,00	286.041,00	300.343,05	315.360,20	
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>195.000,00</b>	<b>114.975,51</b>	<b>665.000,00</b>	<b>704.900,00</b>	<b>740.145,00</b>	<b>777.152,25</b>	<b>816.009,86</b>	
Aplicações Financeiras	193.000,00	114.975,51	665.000,00	704.900,00	740.145,00	777.152,25	816.009,86	
Outras Receitas Patrimoniais	2.000,00	-	-	-	-	-	-	
<b>Receita de Serviços</b>	<b>643.000,00</b>	<b>398.977,74</b>	<b>1.385.200,00</b>	<b>1.483.312,00</b>	<b>1.557.477,60</b>	<b>1.635.351,48</b>	<b>1.717.119,05</b>	
<b>Transferências Correntes</b>	<b>28.399.500,00</b>	<b>28.309.310,93</b>	<b>33.308.400,00</b>	<b>35.732.092,00</b>	<b>37.518.696,60</b>	<b>39.394.631,43</b>	<b>41.364.363,00</b>	
Transferências da União	24.924.500,00	27.796.544,57	30.906.400,00	35.732.092,00	37.518.696,60	39.394.631,43	41.364.363,00	
Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências dos Municípios	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências Multigovernamentais	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências de Convênios	3.475.000,00	512.766,36	2.402.000,00	-	-	-	-	
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>25.000,00</b>	<b>1.366.196,36</b>	<b>160.000,00</b>	<b>151.400,00</b>	<b>158.970,00</b>	<b>166.918,50</b>	<b>175.264,43</b>	
Multa e Juros de Mora	9.000,00	-	-	5.000,00	5.250,00	5.512,50	5.788,13	
Indenizações e Restituições	3.000,00	1.303.135,53	62.000,00	22.000,00	23.100,00	24.255,00	25.467,75	
Receita da Dívida Ativa	12.000,00	-	-	-	-	-	-	
Receitas Diversas	1.000,00	63.060,83	98.000,00	124.400,00	130.620,00	137.151,00	144.008,55	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.069.000,00</b>	<b>1.413.593,47</b>	<b>1.467.000,00</b>	<b>1.489.000,00</b>	<b>1.563.450,00</b>	<b>1.641.622,50</b>	<b>1.723.703,63</b>	
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização de empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	
Alienações de Bens	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência de Capital	3.069.000,00	1.413.593,47	1.467.000,00	1.471.000,00	1.544.550,00	1.621.777,50	1.702.866,38	
Transferência de Convênio	3.069.000,00	1.413.593,47	1.467.000,00	1.471.000,00	1.544.550,00	1.621.777,50	1.702.866,38	

Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	18.000,00	18.900,00	19.845,00	20.837,25
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DEDUÇÕES</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da Receita p/ Formação do FUNI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>33.093.000,00</b>	<b>32.829.820,52</b>	<b>38.059.000,00</b>	<b>40.728.344,00</b>	<b>42.764.761,20</b>	<b>44.902.999,26</b>	<b>47.148.149,22</b>		

**APROVADO**  
**FOR UNANIMIDADE**  
EM \_\_\_\_\_

APROVADO  
POR UNANIMIDADE

FEM

**METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO**  
2019

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Realizadas				
	2016	2017	2017	2018	2019	2020	2021
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>30.024.000</b>	<b>31.416.227</b>	<b>36.592.000</b>	<b>39.239.344</b>	<b>41.201.311</b>	<b>43.261.377</b>	<b>45.424.446</b>
Receita Tributária	661.500	1.050.130	816.400	895.220	939.981	986.980	1.036.329
Receita de Contribuição	100.000	176.637	257.000	272.420	286.041	300.343	315.360
Receita Patrimonial	<b>195.000</b>	<b>114.976</b>	<b>665.000</b>	<b>704.900</b>	<b>740.145</b>	<b>777.152</b>	<b>816.010</b>
Aplicações Financeiras (II)	193.000	114.976	665.000	704.900	740.145	777.152	816.010
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	643.000	398.978	1.385.200	1.483.312	1.557.478	1.635.351	1.717.119
Transferências Correntes	28.399.500	28.309.311	33.308.400	35.732.092	37.518.697	39.394.631	41.364.363
Demais Receitas Correntes	25.000	1.366.196	160.000	151.400	158.970	166.919	175.264
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)</b>	<b>29.831.000</b>	<b>31.301.252</b>	<b>35.927.000</b>	<b>38.534.444</b>	<b>40.461.166</b>	<b>42.484.225</b>	<b>44.608.436</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IV)</b>	<b>3.069.000</b>	<b>1.413.593</b>	<b>1.467.000</b>	<b>1.489.000</b>	<b>1.563.450</b>	<b>1.641.623</b>	<b>1.723.704</b>
Operações de Crédito (V)	-	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de Capital	3.069.000	1.413.593	1.467.000	1.471.000	1.544.550	1.621.778	1.702.866
Outras Receitas de Capital	-	-	-	18.000	18.900	19.845	20.837
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)</b>	<b>3.069.000</b>	<b>1.413.593</b>	<b>1.467.000</b>	<b>1.489.000</b>	<b>1.563.450</b>	<b>1.641.623</b>	<b>1.723.704</b>
<b>RECEITAS NAO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)</b>	<b>32.900.000</b>	<b>32.714.845</b>	<b>37.394.000</b>	<b>40.023.444</b>	<b>42.024.616</b>	<b>44.125.847</b>	<b>46.332.139</b>
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	<b>29.771.590</b>	<b>26.971.149</b>	<b>35.382.200</b>	<b>37.576.244</b>	<b>39.455.056</b>	<b>41.427.809</b>	<b>43.499.199</b>
Pessoal e Encargos Sociais	16.156.283	17.378.712	19.627.500	19.502.329	20.477.445	21.501.318	22.576.384
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.615.307	9.592.437	15.754.700	18.073.915	18.977.611	19.926.491	20.922.816
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)</b>	<b>29.771.590</b>	<b>26.971.149</b>	<b>35.382.200</b>	<b>37.576.244</b>	<b>39.455.056</b>	<b>41.427.809</b>	<b>43.499.199</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	<b>3.740.400</b>	<b>1.980.724</b>	<b>2.561.800</b>	<b>3.024.900</b>	<b>3.176.145</b>	<b>3.334.952</b>	<b>3.501.700</b>
Investimentos	3.231.439	1.129.350	2.206.800	2.031.900	2.133.495	2.240.170	2.352.178
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	508.960	851.374	355.000	993.000	1.042.650	1.094.783	1.149.522
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)</b>	<b>3.231.439</b>	<b>1.129.350</b>	<b>2.206.800</b>	<b>2.031.900</b>	<b>2.133.495</b>	<b>2.240.170</b>	<b>2.352.178</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	-	-	<b>115.000</b>	<b>127.200</b>	<b>127.264</b>	<b>127.327</b>	<b>127.391</b>
<b>DESPESAS NAO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)</b>	<b>33.003.029</b>	<b>28.100.499</b>	<b>37.704.000</b>	<b>39.735.344</b>	<b>41.715.815</b>	<b>43.795.306</b>	<b>45.978.769</b>
<b>RESULTADO PRIMARIO (IX - XVII)</b>	<b>-103.029</b>	<b>4.614.346</b>	<b>-310.000</b>	<b>288.100</b>	<b>308.801</b>	<b>330.541</b>	<b>353.371</b>



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LDO – LEI DE DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.**

Às 10:00 horas do dia 23 do mês de março do ano de 2018, no Gabinete da Prefeitura Municipal de Milhã, localizado na Rua Pedro José de Oliveira, 406, nesta cidade de Milhã, Estado do Ceará, realizou-se esta audiência pública referente à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2019. A audiência foi aberta e presidida pelo Assessor Contábil Francisco Valdo Cezar Pinheiro Júnior, Contador do Poder Executivo; sendo composta a mesa pelo Prefeito José Darlan Dantas Pinheiro, Prefeito Constitucional do Município e a Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças. Após cumprimentar o público nos quais exerciam presentes a esta audiência, o Contador Francisco Valdo Cezar Pinheiro Júnior esclareceu a escopo da reunião, que foi agendada em obediência às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e as normativas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, e fez precisa explicação a propósito do conteúdo da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2019**, bem como seus anexos de metas de propositura a cumprir, e posteriormente a mostra, foi proporcionada oportunidade para que os cidadãos presentes no plenário pudessem proclamar sua apreciação, expor julgamentos, sugestões ou comentários ao projeto que lhes foi exposto. Em ato contínuo foi dado abertura para sugestões e indagações dos presentes. Como ninguém fez uso da palavra e, não havendo mais o que se tratar, foi encerrada a audiência pública e todos os participantes assinaram a lista em anexo. Do que, para constar, eu, Rayanne Pinheiro Lima, Assessora Especial da Administração Municipal, a redigi e lavrei esta ata, endossando a veracidade dos fatos ora expostos.

Milhã, 23 de março de 2018.

APROVADO  
POR UNANIMIDADE  
EM \_\_\_\_\_

